

**CRISE DO MARXISMO E A ABORDAGEM PÓS-MODERNA: IMPACTOS SOBRE AS
LUTAS SOCIAIS**

**CRISIS DEL MARXISMO Y EL ENFOQUE POSMODERNO: IMPACTOS EN LAS LUCHAS
SOCIALES**

**CRISIS OF MARXISM AND THE POST MODERN APPROACH: IMPACTS ON SOCIAL
STRUGGLES**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.50803>

Iasmim Moureira Costa¹

Elaine Nunes Silva Fernandes²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir como as teorias pós-modernas têm impactado as lutas sociais. Parte-se do pressuposto de que a partir da crise estrutural do capital, “novos movimentos sociais” surgem, com pautas e significações específicas, e, com isso, todo o ideário da classe trabalhadora passou a ser modificado, fazendo com que qualquer indício de consciência de classe revolucionária se dissipasse. Todavia, o argumento que será sustentado é de que é necessário recuperar a centralidade do pensamento marxiano na análise dos processos sociais que estão em curso para desvendar as raízes dos processos de opressão e assim construir ferramentas teóricas e políticas verdadeiramente eficazes que atendam os interesses e demandas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Crise do marxismo. Pós-modernidade. Movimentos sociais. Classes sociais.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo las teorías posmodernas han impactado las luchas sociales. Se parte del supuesto de que a partir de la crisis estructural del capital emergen “nuevos movimientos sociales”, con lineamientos y significados específicos, y, con ello, todo el ideario de la clase obrera comenzó a modificarse, provocando cualquier indicio de conciencia de clase revolucionaria. Sin embargo, el argumento que se sostendrá es que es necesario recuperar la centralidad del pensamiento marxista en el análisis de los procesos sociales que están en marcha para desentrañar las raíces de los procesos de opresión y así construir herramientas teóricas y políticas verdaderamente efectivas que satisfagan los intereses y demandas de la clase obrera.

Palabras clave: Crisis del marxismo. Posmodernidad. Movimientos sociales. Clase trabajadora.

Abstract: This article aims to reflect on how postmodern theories have impacted social struggles. It starts from the assumption that from the structural crisis of capital, “new social movements” emerge, with specific guidelines and meanings, and, with that, the entire ideology of the working class began to be modified, causing any indication of revolutionary class consciousness dissipated. However, the argument that will be sustained is that it is necessary to recover the centrality of Marxian thought in the analysis of the social processes that are underway to unravel the roots of the processes of oppression and thus build truly effective theoretical and political tools that meet the interests and demands of the working class.

Keywords: Crisis of Marxism. Postmodernity. Social movements. Working class.

Introdução

Parte-se do pressuposto de que a partir dos anos de 1970, o sistema sócio-metabólico do capital adentrou na sua crise mais profunda, chamada por Mészáros de crise estrutural. O atual momento vivido pelo capital vem afetando severamente todos os segmentos da sociedade, demonstrando seu caráter contraditório e fortemente destrutivo. Diversos autores³ sustentam a ideia de que tal crise está fundada não na funcionabilidade do capital, mas em suas bases fundamentais. Para todos os momentos em que o sistema se viu sem saída, engendrou-se alternativas que minimizaram — ainda que temporariamente — os danos para a classe dominante.

Muitos autores vêm buscando compreender esse período inédito do sistema, dentre eles, Ricardo Antunes. Ao analisar as mudanças no mundo do trabalho, o autor aponta que tal crise encontra três saídas: no âmbito econômico, político e ideológico. Daremos especial atenção a este último por entender que o controle ideológico sobre a classe trabalhadora é fundamental para a reprodução do capital. Desse modo, a ideologia é usada estrategicamente para a reprodução do sistema sócio-metabólico do capital⁴, porém não pode ser estudada de maneira independente.

É através da forma como os seres humanos se organizam materialmente que estes desenvolvem sua consciência, seu caráter social. Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2009), demonstraram a relação entre a dimensão material e a dimensão ideológica da vida, e como elas estão intrinsecamente interligadas. Há uma conexão indissociável entre como a sociedade se organiza concretamente e como ela pensa. Ambas não podem ser estudadas separadamente, e é nesse sentido em que o marxismo se mostra categórico, ao analisar a realidade através da totalidade, sem separar as camadas da sociedade.

Entretanto, a crise estrutural desenvolveu um papel decisivo no que diz respeito à organização política da classe trabalhadora, ao engendrar uma ofensiva ideológica que encontrará terreno nas teorias da pós-modernidade como uma das soluções para a crise. Para os autores pós-modernos, a sociedade se encontraria tão complexificada que não há meios para compreendê-la em sua totalidade, somente em suas dimensões singulares. Noutras palavras, não haveria como compreender a realidade através da sua essência e de seus fundamentos, apenas através de como a realidade se apresenta.

Num necessário esforço de refletir sobre a validade ou não dessas afirmações é que nos perguntamos: estaria a sociedade tão moderna e complexificada que se tornaria impossível captar sua essência? Os fundamentos que edificaram a sociabilidade capitalista permanecem nessa nova configuração ou se alteraram completamente? E mais ainda, é possível articular as chamadas pautas identitárias com a luta anticapitalistas?

O maio francês de 1968 e a crise do marxismo

Uma das expressões mais relevantes da crise do capital foi a mudança ideológica que até então orientava a classe trabalhadora. Todas as respostas encontradas pelo capital para reverter a crise foram amparadas pelas consequências do que ficou conhecido como a “virada cultural” do século, que ocorreu em maio de 1968, na França⁵.

No período pós-guerra, o mundo testemunhava o grande acirramento entre os dois maiores blocos ideológicos do mundo: o bloco socialista (conduzido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS) e o bloco capitalista (conduzido pelos Estados Unidos), constituindo a “Guerra Fria⁶”. Entretanto, o exitoso momento econômico proporcionado pelo fordismo, tais como o acesso a direitos sociais associados ao trabalho assalariado, bem como a incorporação de um grupo seletivo de dirigentes sindicais aos benefícios “especiais” oferecidas pelos patrões, criou as bases para o enfraquecimento do movimento operário, uma vez que passou a falsa impressão de que o conflito entre capital e trabalho teria finalmente sido superado conforme Braga e Bianchi explicam:

Os ganhos de produtividade que eram alcançados nas fábricas serviam de base para os aumentos salariais dos trabalhadores e ajudaram a garantir o desenvolvimento dos serviços públicos. Um certo surto de progresso material relacionado ao “compromisso fordista” foi criado e o progresso econômico apareceu para as diferentes sociedades nacionais como algo quase “natural”. Aparentemente, o capitalismo ocidental havia superado as crises de sobre acumulação relativa de capital que o assombraram no passado (2008, p.23)

É preciso ressaltar, contudo, que a crise do movimento comunista já era uma realidade que se arrastava desde aproximadamente os anos de 1940 e se agravou com a publicação das denúncias dos crimes que vinham sendo cometidos por Stálin durante o XX congresso do partido comunista ocorrido na então união soviética em 1956. Na ocasião, segundo a historiografia dominante, parte da crítica feita pelos próprios partidos comunistas tinha relação com a escassa participação da população nos processos decisórios e pela ausência de mecanismos democráticos que incluíssem a sociedade civil nas instâncias de poder⁷.

Some-se a crise do socialismo real, o desencontro entre a formação universitária e o cenário de desafiador trazidos pelo fordismo na sociedade pós-industrial. O mundo com a qual a juventude francesa se deparava em 1968 era radicalmente diferente daquele experimentado por seus pais em anos anteriores e exigia também um trabalhador adequado aos novos tempos. Nas palavras de Braga e Bianchi:

O trata-se, antes de tudo, de uma espécie de ruptura simbólica que passa a opor dois mundos diferentes, porém, coetâneos: por uma lado, temos o mundo da velha classe trabalhadora fordista amplamente desajustada frente às transformações da empresa, de outro um desacordo não menos profundo entre a trajetória escolar que inclina o jovem filho do operário para as profissões gerenciais e cujas expectativas de progresso individual são sistematicamente frustradas por sua inserção subordinada ao novo universo produtivo (2008, p 24).

Todo este cenário composto pelas mudanças no mundo do trabalho aliado a crise sindical e o fracasso da experiência russa, fez com que a geração nascente perdesse seus principais referenciais

políticos. Se instaurou uma crise de hegemonia, que acarretou numa grande rebelião cultural da juventude proletária que agora se sentia órfã de representantes, tanto no âmbito político quanto cultural: ela se via sufocada pela ordem moral, e isso fica exemplificado no seu discurso e palavras de ordem amplamente utilizados na época tais como “é proibido proibir”.

Uma das principais características dessa juventude inconformada era a recusa das metanarrativas, ou seja, para essa juventude, os dois projetos societários que existiam na época já não eram capazes de representar seus anseios, era preciso a constituição de uma nova cultura política, baseada na autogestão e na autoexpressão.

O movimento estudantil foi o grande motor de radicalização política do maio de 1968, e contribuiu para a eclosão do que veio a ser chamado de “novos movimentos sociais”. Os principais exemplos desse novo processo de luta social foi o desenvolvimento dos movimentos feminista, LGBT, por direitos civis, pacifistas e ecologistas. Os “novos movimentos sociais” provocam uma verdadeira revolução cultural⁸ ao confrontar os padrões morais da época, porém, possuíam limites. O primeiro deles é o fato de que “seus terrenos de mobilização e seus objetivos de luta se situavam todos fora da esfera do trabalho e da produção” (BIHR, 2008, p. 18), o que corroborava no definhamento do movimento operário e sindical. O segundo está na particularidade de suas lutas, tendendo sempre para um individualismo que enfraquecia a luta popular coletivizada e focava em suas demandas específicas. Montañó e Duriguetto (2010) afirmam que:

Essa caracterização do campo das lutas sociais acabou por ser funcional ao processo de fortalecimento da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal. Os movimentos das jornadas de maio que “exigiam o impossível” não conseguiram ser vitoriosos em seus objetivos estratégicos. Logo, a emancipação política contestatória não se transformou em emancipação humana. (2010, p. 267.)⁹

A mobilização política de 1968 e o descontentamento das massas foram fomentados pelo que foi chamado de “crise dos paradigmas” nas Ciências Sociais, mais especificamente a crise do marxismo. A emergência desses novos atores sociais deu lugar a novas reivindicações e novos fenômenos que a teoria marxista já não era capaz de interpretar, sendo considerada ultrapassada. Ainda que os grandes críticos das Ciências Sociais reconhecessem a contribuição teórico-política do marxismo, este já não era suficiente para dar conta da contemporaneidade. Segundo esses críticos, isto se dava pelo fato de a teoria marxiana fazer uma “generalização indevida” da realidade social, considerando-se a “base ontológica” da sociedade.

De acordo com João E. Evangelista (1992), “a ‘crise do marxismo’ é identificada pela defasagem entre as suas teses constitutivas e a realidade social efetiva” (p. 14). Ou seja, baseados nas tentativas de implementação do socialismo real, “a ‘necessidade’ histórica não se afirmou no desenrolar dos acontecimentos históricos, culminando no fim teleológico da sociedade sem classes” (ibidem, p. 15). E ainda:

O surgimento de novos movimentos sociais levou à constituição de novos sujeitos políticos que, assim, implicou na criação de novos espaços políticos, fora do plano

institucional, que ensejarão novas práticas sociais e novas representações simbólicas, que as acompanham. (EVANGELISTA, 1992, p. 17, grifos do autor)

A estrutura do pensamento da época já não validava as categorias principais da economia política, ou mesmo a sua crítica. Acreditava-se que a humanidade atingira um nível tão grande de complexificação que já não existiam elementos estruturais que fossem capazes de criar uma base de identificação universal. É partindo dessa linha de pensamento que a nova geração contestadora desacreditou de categorias universais que fundamentavam o capitalismo — como a luta de classes — e buscou por uma lógica que pudesse corresponder à intensa complexidade da raça humana. Ou melhor, não há mais capitalismo ou luta de classes, “há apenas muitos e diferentes tipos de poder, opressão, identidade e ‘discurso’” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 13)¹⁰.

Ainda segundo Ellen Wood:

Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis à análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar. O máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas. (WOOD e FOSTER, 1999, p. 15)

É nesse sentido que, de acordo com seus críticos, o marxismo já não se constitui como expressão do caráter revolucionário, tampouco o proletariado como sujeito revolucionário. De fato,

Para se compreender algo sobre as categorias sociais — que substituem as antigas classes sociais no marxismo — e sua história social, deve-se dirigir às práticas sociais desses sujeitos coletivos e nelas procurar as suas novas “significações”, que estão contidas nas representações que esses sujeitos sociais fazem de si mesmos e daqueles outros com os quais estão em relação numa determinada sociedade. (EVANGELISTA, 1992, p. 20)

Nessa perspectiva, há a negação da racionalidade moderna e de seus principais conceitos, como verdade, real, razão, ciência, etc., por isso, se faria necessário a elaboração de novos paradigmas que pudessem explicar a pluralidade dos processos sociais. A realidade já não seria o motor da produção do conhecimento, e a “representação simbólica” do real ocuparia o lugar da chamada ‘realidade objetiva’ (...) “Não há real, e, muito menos, um sentido nesse real. Há somente o simulacro, a imagem, a representação (imaginária) dessa realidade” (Zaidan Filho, 1989, p. 20, apud Evangelista, 199, p. 25).

Diferentemente do período de ascensão da burguesia, onde a razão moderna era o princípio norteador da ciência burguesa, aqui percebe-se que há um abandono desta categoria e a adoção de um ideário pós-capitalista ou pós-moderno. É uma crise que recusa os princípios propostos pela modernidade, marcando o possível fim da era moderna. Noutras palavras, as metanarrativas utilizadas para explicar a realidade social estariam obsoletas e por isso, seriam incapazes de explicar as transformações societárias em curso desde as últimas décadas do século XX.

Muitos teóricos acreditam na tese de que a humanidade atingiu seu ápice e que agora um novo tipo de sociedade põe-se em movimento. Esta ideia sustenta-se na reestruturação e inovação da

tecnologia, que tem como exemplos a transformação dos meios de comunicação, a mudança no mundo do trabalho, as mudanças econômico-políticas, a transformação cultural, entre outros.

Pós-modernidade e a centralidade das classes sociais

Ao analisarmos o cenário que se põe desde o período pós-guerra até o final do século XX, deparamo-nos com as condições históricas que possibilitaram a emergência da lógica cultural pós-moderna: o fim dos “anos dourados”, a crise estrutural do capital com seus altos níveis de desemprego e as revoltas estudantis da década de 1960. Este último é o grande marco que demonstra o fim da era da modernidade e inaugura a era da pós-modernidade. Desse modo, ela é o “produto de uma consciência formada na idade áurea do capitalismo” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 9) e é o substrato das revoltas estudantis de 1968.

Logo, há uma:

gradual perda de prerrogativa da perspectiva emancipatória clássica entre os círculos da nova esquerda, que foi concomitante e proporcional à “emergência de uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classe social”: os “movimentos micropolíticos (de vizinhança, de raça, étnicos, de gênero e ecológicos)” (JAMESON, 1997, p. 177, 322, apud MARCELINO, 2019, p.9)

Esses “novos movimentos sociais” inauguram um novo espaço político, em que há uma verdadeira “crise do sujeito”, ou, melhor dizendo, há a multiplicação dos sujeitos. Diante de um ceticismo político e descrença nas metanarrativas, novas categorias começam a ser usadas, tais como “grupo”, “identidade”, etc. E “a identificação ideológica com uma classe foi substituída pela filiação a um grupo” (MARCELINO, 2019, p.9). Esse “novo espaço político” era “articulado por slogans como ‘o pessoal é político’, pela retórica do poder, da dominação e do direito ao discurso” (MARCELINO, 2019, p. 10). Esse é o principal sintoma da ideologia pós-moderna: “o esmaecimento de perspectivas concretas totais e sua substituição pelo ‘meramente particular’” (ibidem, p. 16).

Montaño afirma que a partir do irracionalismo pós-moderno (onde a identidade é o elemento aglutinador das lutas sociais, substituindo as classes sociais), há uma distinção entre os conceitos de identidade e identitarismo, fundando o que ele chama de “lógica identitarista”, um processo de multissegmentação da polarização social e de perda do horizonte universal e da totalidade social” (MONTAÑO, 2021, p. 61). É nesse momento que surgem concepções como “lugar de fala”, “pós-verdade”, “punitivismo”, “inclusão” e “empoderamento” (idem, p 62).

Nos estudos que seguem essas premissas teóricas pós-modernas, o capitalismo não se impõe a mesma relevância de outrora. Ele não mais determina as relações de opressão, pois estas já não responderiam à estrutura capitalista, estão no campo *cultural*.

Trata-se de uma análise que desconsidera a contradição de classes ao pensar o poder. Como se o poder fosse uma questão exclusivamente política, vinculada ao conceito de exclusão, desconectada da economia, da qual daria conta a categoria de exploração. Opera-se, assim, a dissociação da política e da economia; isto é, essa

análise deseconomiza a política, e, especificamente, o poder. (MONTAÑO, 2021, p. 62)

Seria conveniente afirmar que o fio condutor que une as diversas teorias pós-modernas está na rejeição das grandes explicações de mundo, baseadas na totalidade e na universalização (e isso inclui tanto o projeto socialista quanto o ideário liberal). A ênfase não está mais nas similitudes que unem a classe trabalhadora, mas na diferença, na diversidade, nas várias identidades particulares com suas lutas distintas. Nesta perspectiva, seria preciso abandonar as teorias “economísticas” tradicionais da economia política, pois estas já não são capazes de explicar o mundo contemporâneo, que se encontra fragmentado.

É preciso enfatizar que as teorias pós-modernas são plurais e muitas vezes divergentes. Desde os acontecimentos de 1968, está em curso uma grande mudança no direcionamento dos estudos das ciências humanas. A palavra-chave desta nova corrente ideológica é “representação¹¹”. Há uma exorbitação da linguagem, que encontra no discurso uma nova categoria teórica norteadora¹². A pós-modernidade encontra na linguagem o sentido e o significado da realidade, portanto muitos autores consideram que a “sociedade não é simplesmente semelhante à língua, ela é a língua” (WOOD e FOSTER, 1999, p. 11). Não se trata mais de encontrar o significado de um elemento a partir da sua função na realidade, antes, o seu significado está em como esse elemento se identifica diante da realidade, baseando-se em sua subjetividade.

Dessa forma, é como se a língua fosse um campo independente, e, a partir dela, as relações sociais fossem formadas. Os adeptos dessa nova apreensão de mundo afirmam que a subjetividade do sujeito é constituída através da língua, e ela é quem irá definir o ser social.

No entanto, entende-se que o que funda o ser social não é a linguagem, mas o trabalho. É a partir dele que a dimensão social da humanidade é formada, criando os sistemas de comunicação que integram a sociedade. David McNally (1999, p. 34) afirma que a língua é o “lugar de interação social decisivamente modelado pelas relações de trabalho e conflito, isto é, modelado pela luta de classes”.

O discurso está intimamente ligado à ideologia, pois é através dele que a classe dominante impõe seus interesses como universais. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels intencionaram era demonstrar que a consciência — nesse caso, a linguagem é a expressão da consciência — não é algo externo ou independente da realidade. Pelo contrário, ela é o substrato da relação entre capital e trabalho, e está longe de se constituir neutra ou autônoma.

Semelhantemente a esse processo, há também os teóricos que não destacam tanto a categoria de linguagem em seus estudos, mas priorizam a “construção social” do conhecimento. Muitas vezes chegam a enxergar a ciência ocidental como uma manifestação de princípios imperialistas e opressivos. É como se não apenas a ciência da física fosse um constructo histórico, mas que “as próprias leis da física fossem ‘socialmente construídas’ e historicamente variáveis” (idem, p. 12). Ellen Wood prossegue:

Se o padrão da “verdade” científica reside não no mundo natural em si, mas nas normas particulares de comunidades específicas, então as leis da natureza talvez nada mais sejam do que aquilo que uma dada comunidade diz que elas são em um determinado momento. (WOOD e FOSTER, 1999, p. 12)

Há uma problemática no que diz respeito à visão de mundo da pós-modernidade em relação a história. O argumento sustentado pelos principais teóricos pós-modernos é de que a pós-modernidade não é um dado momento da história ou um período transitório, mas ela é a própria história, a condição humana, da qual não há saída. A história deixa de ter relevância, pois até então nenhuma teoria social foi capaz de interpretar genuinamente a realidade. Sendo assim, não há como compreender o sistema, nem mesmo se opor a ele, “o melhor é relaxarmos e aproveitarmos” (idem, p. 16). Percebemos a natureza problemática dessa questão ao analisarmos criticamente o discurso de que é “impossível compreender o mundo verdadeiramente”. Estaríamos numa conjuntura tão complexa ao ponto de ser inconcebível uma interpretação de como as relações sociais são formadas? É tudo tão diverso e fluido que a essência da sociedade já não pode mais ser apreendida? Ou ainda: os fundamentos da sociedade se modificaram tanto que não há o que mudar, somente o que aceitar? Precisamos nos questionar: a quem esse discurso favorece. Qual a classe que se beneficia com a noção de que não há o que ser modificado na realidade social, e que o que nos resta é a conformidade diante das desigualdades sociais?

O advento pós-moderno configura uma nova função social à categoria cultura, e esta ganha relevância e se expande para todos os âmbitos da sociedade. Diferentemente da era moderna, em que a cultura exercia uma autonomia relativa, na era pós-moderna ela está “completamente integrada à estrutura socioeconômica” (MARCELINO, 2019, p. 23), tornando-se numa esfera extremamente política. Desse modo, a centralidade da cultura substitui a centralidade de classes, e o capital utiliza da lógica cultural de consumo, representações, propaganda, diversidade e pluralidade um estímulo para sua expansão.

Isso acontece porque, como vimos na primeira parte do nosso trabalho, o capital necessita de uma ideologia, de uma lógica cultural intrínseca que seja capaz de criar um caráter único e totalizante ao sistema. Atualmente, a pós-modernidade é a ideologia utilizada para legitimar o sistema capitalista e contornar a crise estrutural, e vem sendo crucial no que diz respeito ao imaginário da classe trabalhadora. Com a consolidação da crise, o capital atingiu esferas que até então não tinha alcançado, penetrando, inclusive, nas lutas sociais da classe trabalhadora.

É preciso atentar para as “novas” categorias que surgem ao decorrer da crise estrutural do capital, com suas pautas e reivindicações que se introduzem urgentemente na realidade social. Não há como refutar sua importância e magnitude dessas pautas, todavia, não é necessário abordar esse tema de forma fragmentada pelo fato de serem demandas que vem sendo pautadas por teorias pós-modernas. Pelo contrário, o surgimento dessas opressões reforça a natureza do capital, mostrando-se como consequência da reificação da vida humana e da complexificação da relação capital/trabalho. São problemáticas que têm sua raiz na materialidade, e, portanto, requerem um enfoque materialista.

Apesar de alguns “marxismos” terem secundarizado as formas de desigualdade, a teoria marxiana permanece sendo aquela que oferece condições para decifrar o real e assim, revelar os fundamentos da sociabilidade capitalista. Sem essa teoria que investigue os fundamentos da sociedade de classes — e, conseqüentemente, estabeleça as raízes das opressões —, a apreensão das lutas será sempre insuficiente e/ou incompleta, pois focalizará seus esforços em lutas particulares, distanciando-se de um projeto coletivo que vise a superação do sistema de classes.

É nesse sentido que a teoria marxista se mostra cada vez mais atual, mesmo que invalidada e considerada ultrapassada pelo pensamento pós-moderno. Longe de ser uma teoria vulgarmente economicista, o marxismo apreende “o processo histórico como totalidade concreta, em constante estruturação orgânica, onde a estruturação econômica e as dimensões superestruturais são seus momentos dialéticos” (EVANGELISTA, 1992, p. 47). A argumentação acerca da crítica à teoria marxista está na interpretação de que esta se limita à dimensão econômica, ignorando as outras categorias que se inserem na realidade.

Todavia, entende-se que a totalidade é o composto de todas as categorias da sociedade de classes, que tem sua base no trabalho. Sendo assim, seria incoerente fatiar os aspectos da sociedade em dimensões puramente “econômicas”, “sociais” ou “culturais”. De fato, todas essas dimensões não podem ser apreendidas fora da ótica da totalidade concreta, pois esta é o elemento que dá a sustentação para o desenvolvimento de todas as outras categorias, e estão estreitamente articuladas.

Evangelista reforça esse pensamento ao afirmar que:

(...) muito diferente do “estilhaçamento” da política, o que temos é a ampliação do campo da política. Ao contrário de “novos sujeitos políticos”, que substituam os “velhos” sujeitos — como, por exemplo, o proletariado —, o que temos são sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente. Em lugar de “novas práticas sociais” temos uma práxis social com dimensões ainda ignoradas. E muito mais que “novos espaços políticos”, o que temos são espaços políticos esquecidos na cotidianidade e que necessitam ser conectados à totalidade concreta, para que possam ser apreendidos. (EVANGELISTA, 1992, p. 53. grifos do autor).

Ao discutir sobre o objeto da dialética marxista, Thompson reitera:

O materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma História ‘setorial’ (...) mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação. (THOMPSON, 1981, p. 82)

A organização política da classe trabalhadora vem sendo fortemente atingida pelo ideário pós-moderno. A profunda crise estrutural do capital intensifica a luta de classes, tornando cada vez mais urgente a elaboração de um projeto universal que dê fim às raízes da exploração da classe trabalhadora. Neste sentido, entende-se que as “novas” pautas que surgem nada mais são do que resultado da complexificação das relações sociais, sendo, portanto, dimensões diferentes de uma mesma totalidade. Qualquer projeto de classe verdadeiramente emancipatório deve assim, considerar os níveis de exploração e opressão.

A luta de classes e anticapitalista precisa estar totalmente vinculada às lutas anti opressivas (chamadas “identitárias”). Estas são lutas com pautas urgentes, que não podem esperar a superação do sistema capitalista. Montaño alega que “uma sem a outra não conseguem alcançar a emancipação, seja política, seja humana” (2021, p 82). E acrescenta:

As lutas de classes e anticapitalistas precisam das lutas anti opressivas para ganhar adesão popular, penetrando na epiderme social e ganhando a diversidade de suas manifestações. As lutas anti opressivas, por sua vez, precisam das lutas de classes e da perspectiva anticapitalista para orientarem-se no caminho universalista, conseguindo compreender e combater os fundamentos estruturais dessa opressão. (MONTAÑO, 2021, p 82-83).

Para que isso aconteça, a classe trabalhadora precisa estar estrategicamente organizada e unificada em torno de um mesmo projeto societário.

Assim, é indispensável partir de um referencial que busque não só evidenciar e denunciar opressões, mas que busque compreendê-las como parte de uma totalidade, noutras palavras, que não se limite somente a sua dimensão fenomenológica, ou ainda como a realidade se apresenta. É fundamental investigar as bases que sustentam a sociedade de classes para pôr em curso o projeto de emancipação da humanidade, compreendendo as bases materiais e ideológicas, e a relação intrínseca entre elas.

Considerações finais

.Ao analisarmos a funcionabilidade da classe dominante diante as frequentes crises que o capital enfrenta, identificamos que há uma ofensiva ideológica por parte da burguesia para destruir e desorganizar a luta da classe trabalhadora. A pós-modernidade é a corrente ideológica utilizada pela classe dominante para dar continuidade a esse projeto, e encontra terreno fértil nas lutas sociais que emergiram no segundo pós-guerra. Potencializada pela crise do marxismo nas ciências sociais e crise sindical na esfera do trabalho, essa ofensiva é o que tem regido o ideário da humanidade nos últimos anos.

É preciso sempre salientar que este ideário é definido, em primeira instância, pelas condições materiais de vida. Recuperando as noções que Marx e Engels discutem em *A Ideologia Alemã* (2009), os autores afirmam que:

(...) Temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. (MARX, K., ENGELS, F., 2009, p. 40)

A base material é imprescindível para compreender como a pós-modernidade opera no sentido de invalidar a história. O argumento utilizado é de que, com a modernização das relações sociais, já não é possível compreender o mundo como ele é de fato. Conseguimos apenas captar a aparência das coisas, ou seja, como a realidade se apresenta, e não como ela é, em sua essência. Ora, é

evidente: esta visão de mundo beneficia diretamente a classe que domina e rege a sociedade, pois quanto mais cego um povo for, mais fácil apresentar a realidade como a única opção de vida.

Nesse sentido, é evidente a influência das teorias pós-modernas na configuração da luta da classe trabalhadora. A crise de representação pelos elementos tradicionais políticos (partidos, sindicatos, etc.) desde o período pós-guerra é um fator decisivo nesse processo, e corrobora fortemente para uma lógica de autorrepresentação das lutas contemporâneas.

A relevância do materialismo histórico-dialético se mostra cada vez mais atual nos debates contemporâneos sobre o processo de resistência da classe trabalhadora. Quando se analisa a estrutura do capital, percebe-se que a sua essência não se modificou, ele apenas se articula de maneira mais sofisticada, moderna e capciosa. E é por essa razão que entende-se que é primordial uma análise crítica da realidade social, pautada na centralidade da luta de classes, que parta das condições basilares da sociedade, e não apenas do seu caráter fenomênico.

A elaboração de um projeto universalmente emancipatório é urgente, uma vez que não apenas a dimensão material encontra-se insustentável, como também todas as esferas da vida. É uma crise que atinge todos os níveis da sociedade, modificando fortemente a humanidade e seu ideário. Não há apenas a miséria material, mas a miséria do intelecto humano. Essa situação só encontra solução na transformação radical da realidade, com a eliminação da propriedade privada e de toda a estrutura formada a partir dela.

Referências:

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, Maio-junho de 1968 na França – O epicentro de uma crise de hegemonia (parte II). **Mediações**, v. 13, n.1-2, p. 09-33, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008. ISSN: 2176-6665.

EVANGELISTA, J. E. **Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das letras, 1995.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARCELINO, G. H. Jameson e o pós-modernismo. **Ideias**, Campinas, v. 10, p. 1 – 36, 2019. ISSN 2179-5525.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo ‘o rei da Prússia e a reforma social’, de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MCNALLY, D. Língua, história e luta de classes. In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B. (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade**. São Paulo: Zahar, 1999.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTAÑO, C. **“Identidade” e Classe Social: Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2021.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- NETTO, J.P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2012.
- PANIAGO, M.C.S.; **Controle social do trabalho sobre o capital: Tentativas e fracassos**. Maceió: Coletivos Veredas, 2021.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria – ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WOOD, E.M. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E.M.; FOSTER, J.B.(org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernidade**. São Paulo: Zahar, 1999, p. 7-22.

Notas

¹ Bacharela em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Grupo de pesquisa - Estado, Direito e Capitalismo Dependente – <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7265815694324608>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3764480475135629>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7195-0076>. E-mail: iasmimcosta07@outlook.com.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Grupo de pesquisa - Estado, Direito e Capitalismo Dependente dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7265815694324608. Currículo Lattes: dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/6815935305582042. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8794-8926>. E-mail: elainnenunesfernandes@gmail.com.

³ Entre eles, István Mészáros (2009), Ricardo Antunes (1999) e José Paulo Netto (2012), Cristina Paniago (2021).

⁴ Para o aprofundamento da categoria da ideologia, conferir István Mészáros (2004) e Mauro Iasi (2011).

⁵ Não estamos querendo dizer que é este o período de surgimento da pós-modernidade, mas de ampliação e de difusão das teorias pós-modernas como alternativas para a compreensão da realidade social.

⁶ Montañó e Duriguetto (2010) compreendem esse processo como uma “ofensiva ideológica, política, econômica, diplomática e militar comandada pelo imperialismo norte-americano destinada a conter a expansão do comunismo. A guerra fria constitui o principal instrumento do imperialismo norte-americano para ampliar e aprofundar sua dominação no continente, seja pela ofensiva política e militar — destruição das organizações e partidos comunistas e socialistas — seja pela expansão da penetração econômica monopolista do continente” (p. 249-250).

⁷ O debate sobre a revolução russa é extenso. Muitos autores questionam sua natureza socialista, tais como Tonet e Lessa (2019), outros buscam compreender os rumos autoritários que a revolução teria tido já nos seus primeiros anos ainda sob a liderança de Lênin se intensificando posteriormente quando Stálin assume o poder. O caráter da revolução, bem como as medidas econômicas, políticas e culturais são temas que tem sido bastante debatidos, mas há pesquisas recentes de fôlego que abordam aspectos ainda pouco explorados como os da autora Wendy Z. Goldman intitulado “Terror e democracia nos tempos de Stálin: a dinâmica social da repressão” (2021). A autora faz um importante estudo sobre a participação popular nas práticas de repressão desencadeadas por Stálin. Para ela a repressão foi um fenômeno de massas que se espalhou por sindicatos e demais organizações da sociedade, tais como os comitês partidários locais (*partkomi*) e operários. Um outra importante obra que merece ser mencionada é o livro “Socialismo traído: por trás do colapso da União soviética, de Roger Keeran e Thomas Kenny (2004). Os autores fazem um vigoroso estudo sobre a experiência soviética levantando hipóteses que teriam levado ao seu colapso. Diferentemente da historiografia dominante da época, os autores argumentam que as medidas tomadas por Gorbatchov teriam causado o fim definitivo da revolução russa.

⁸ Ao contextualizar o período histórico em que emerge os novos movimentos sociais, Carlos Montañó afirma que “O projeto de ‘revolução social’ (estrutural) dá lugar ao projeto de ‘revolução cultural’ (individual), tal como expressa o slogan do Maio de 68: ‘Quando penso em revolução quero fazer amor’” (HOBBSAWN, 1995, p. 326 *apud* MONTAÑO, 2021, p. 40).

⁹ Marx trata sobre os conceitos de emancipação humana e política em Glosas críticas marginais ao artigo ‘o rei da Prússia e a reforma social’, de um prussiano” (2010).

¹⁰ Essa noção é demonstrada pela imagem de que aquele operário de chão de fábrica não existe mais, devido a modernização do mundo do trabalho, corroborando a ideia de que não existe mais classe trabalhadora, tampouco classes sociais.

¹¹ Montañó complementa, alegando que “para o irracionalismo pós-moderno, que desconsidera objetividade do real, a realidade é configurada apenas pelas percepções, pelas vivências subjetivas. Assim, o pensamento pós-moderno desconecta e desarticula a ‘identidade’ dos sujeitos da base material, da realidade objetiva. Por isso, essa análise substitui ‘condição e situação real’ por ‘identidade’ subjetiva. Para o irracionalismo pós-moderno, existe apenas a ‘identidade’ (subjetivo)” (MONTAÑO, 2021, p 70).

¹² o precursor dessa corrente de pensamento é um filósofo alemão chamado Jurgen Habermas (1929). Na sua avaliação não é o trabalho que ocupa a centralidade das relações sociais, mas a linguagem: “ou seja, a relação contraditória dos interesses entre capital e trabalho é substituída pelas relações consensuais criadas pelas argumentações discursivas no “mundo da vida”.

Recebido em: 01 de out. 2022

Aprovado em: 09 de dez. 2022